

ANEXO

INDICAÇÃO CEE Nº 11/99 - CEF/CEM - Aprovada em 15.12.99

ASSUNTO: *Estabelece diretrizes para autorização da modalidade de educação de jovens e adultos, com atendimento individualizado e com presença flexível no sistema de ensino do Estado de São Paulo*

INTERESSADO: Conselho Estadual de Educação

RELATORES: Conselheiros Hubert Alquéres, Neide Cruz e Zilma de Moraes R. de Oliveira

PROCESSO CEE Nº 1108/99

CONSELHO PLENO

I- INTRODUÇÃO

A Lei nº 9.394/96, ao estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional, reforça as normas constitucionais para a educação de jovens e adultos, possibilitando que os sistemas de ensino possam oferecer alternativas diferenciadas e adequadas às condições dessa clientela, incluindo dentre os princípios que devem fundamentar o ensino, a valorização da experiência extra-escolar e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (IX, X, XI, art. 3º). O § 1º do art. 37 dispõe que “Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames”. Outra alternativa de atendimento à educação de jovens e adultos está contida nas disposições transitórias como responsabilidade do Poder Público Municipal e supletivamente do Estado e da União em, durante a década da educação, prover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados (II, art. 87).

A preocupação em garantir o acesso, a permanência e a progressão de jovens e adultos na educação escolar transparece, ainda, no parágrafo único do art. 39, do capítulo III da LDB, ao dispor que “O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional”.

Centros de educação supletiva com cursos modulares, estruturados de forma flexível com presença não obrigatória, implementados pela rede estadual desde 1981 e posteriormente também por redes municipais, podem ser considerados como uma forma inovadora de organizar o ensino para buscar a correção de históricas inadequações de modelos pedagógicos seletivos e pouco democráticos

que desconsideraram as necessidades sociais de significativos grupos de jovens e adultos em compatibilizar estudos com trabalho.

A organização da educação de jovens e adultos nos moldes da experiência dos centros de educação supletiva exigem a adoção de medidas especiais, tais como condições de atendimento pedagógico individualizado, oferta de materiais didático auto-instrucionais e procedimentos avaliatórios para fins de classificação e reclassificação.

Com o advento da Lei 9394/96, torna-se necessário orientar os estabelecimentos de ensino interessados em organizar cursos de educação de jovens e adultos de ensino fundamental, médio e de educação profissional mais adequados às condições do alunado que busca uma alternativa para iniciar ou concluir seus estudos sem que isso signifique o rebaixamento da qualidade de ensino.

Desta forma, com a finalidade de orientar a atuação dos estabelecimentos de ensino, mantenedores de cursos supletivos ou de educação profissional interessados em proporcionar atendimento individualizado com atividades diversificadas que garantam o aprendizado dos alunos (seminários, plantões de dúvida, aulas individuais ou em pequenos grupos, reforço etc.) e com presença flexível dos alunos, exigida obrigatoriamente nos processos de avaliação, fazemos a proposição que segue.

II - PROPOSIÇÃO

Considerando a especificidade da educação de jovens e adultos e as possibilidades abertas pela Lei 9394/96, a presente Indicação propõe:

1 - que seja instituído no sistema de ensino do Estado de São Paulo curso de educação de jovens e adultos em ensino fundamental, médio e profissional com atendimento individualizado e com presença flexível;

2 - que a modalidade a ser autorizada se oriente por procedimentos pedagógicos e administrativos que garantam qualidade de ensino;

3 - que sejam previstos instrumentos de controle sobre a matrícula, o processo de avaliação e o tempo mínimo para certificação.

Por julgarmos que esta proposta tem por objetivo oferecer orientação imediata às Diretorias de Ensino, escolas e alunos, de forma a planejar o início do próximo ano letivo, submetemos a este Colegiado, em caráter de urgência, a presente Indicação e Deliberação anexa.

São Paulo, 15 de dezembro de 1999.

a) Cons^o **Hubert Alquéres** - Relator da CEM

a) Cons^a **Neide Cruz** – Reltora da CEM

a) Cons^a **Zilma de Moraes R. de Oliveira** – Relatora da CEF

III - DECISÃO DAS CAMÃRAS

AS CÂMARAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO adotam, como sua Indicação, o voto dos Relatores.

Presentes os Conselheiros: **André Alvino Guimarães Caetano, Bahij Amin Aur, Francisco Aparecido Cordão, Francisco José Carbonari, Hubert Alquéres, Luiz Eduardo Cerqueira Magalhães, Marília Ancona-Lopez, Marta Wolak Grosbaum, Mauro de Salles Aguiar, Neide Cruz, Rute Maria Pozzi Casati, Sonia Teresinha de Sousa Penin, Suzana Guimarães Tripoli e Zilma de Moraes Ramos de Oliveira.**

Sala da Câmara de Ensino Fundamental, em 15 de dezembro de 1999.

a) Cons^o **Bahij Amin Aur** – Presidente da CEF

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a presente Indicação.

Os Conselheiros **Arthur Fonseca Filho** e **Luiz Eduardo Cerqueira Magalhães** declararam-se impedidos de votar por motivo de foro íntimo.

Sala “Carlos Pasquale”, em 15 de dezembro de 1999.

Cons^o **Arthur Fonseca Filho** - Presidente
